ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Título do capítulo	CAPÍTULO 9 **EMPREGO, SALÁRIOS E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA**
Autores (as)	Elena Landau José Márcio de Camargo
DOI	

Título do livro	PERSPECTIVAS DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA
Editor (es)	
Volume	
Série	
Cidade	
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	1985
Edição	1ª
ISBN	
DOI	

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 1985

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: http:// repositorio.ipea.gov.br

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Capítulo 9

EMPREGO, SALÁRIOS E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

9.1 — Introdução: Urbanização e Crescimento Industrial

O rápido processo de urbanização que caracterizou a economia brasileira entre 1950 e 1980 foi acompanhado por uma drástica mudança na estrutura ocupacional da População Economicamente Ativa (PEA). Esta mudança teve duas fases distintas.

Em uma primeira, que persistiu até meados da década de 60, o crescente contingente de mão-de-obra nas áreas urbanas foi, em grande parte, incorporado aos setores ligados à Prestação de Serviços e ao Comércio. Durante a década de 50, foram criados 1,8 milhão de novos empregos nestes dois setores, sendo que a participação dos mesmos cresceu de 15,9 para 19,8% da PEA.

Ao mesmo tempo, o setor industrial, que em termos de crescimento do produto foi o mais dinâmico no período, incorporou apenas 346 mil novos empregados e a Indústria de Construção 197 mil trabalhadores. A participação do emprego na Indústria de Transformação caiu de 9,4% para 8,6% da PEA enquanto a participação da Indústria de Construção permaneceu estável nestes dez anos, em 3,4% (Quadros 9.1 e 9.2).

É a partir do final da década de 60 que este quadro começa a se modificar. Já entre 1960 e 1970, o setor industrial transformou-se no maior absorvedor marginal de mão-de-obra, com a incorporação de 1,3 milhão de trabalhadores, vindo em segundo lugar a Indústria de Construção com 938 mil empregos. O setor de Prestação de Serviços, que em termos absolutos era o maior empregador na economia, exclusive a Agricultura, incorporou apenas 896 mil empregados. Na década de 70 esta mudança tende a se consolidar com a absorção de 3,3 milhões de empregados pela Indústria de Transformação.

Quadro 9.1

NÚMERO DE PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS POR SETOR DE ATIVIDADE: 1950-1980

Setor de Atividade	1950	1960	1970	1980
TOTAL	36 557 990	48 828 654	65 862 119	88 149 948
Economicamente Ativas	17 117 362	22 750 028	29 557 224	43 796 763
. Ativ. agropecuárias, de ext. vegetal e pesca	10 252 839	12 276 908	13 087 521	13 109 415
. Indústria de transformação	1 608 309	1 954 187	3 241 861	6 558 598
. Indústria de construção	584 644	781 247	1 719 714	3 151 094
. Outras ativ. industriais	234 411	204 808	333 852	665 285
. Comércio de mercadorias	943 290	1 478 270	2 247 493	4 111 307
. Transportes e comunicações	637 943	977 345	1 167 866	1 815 541
. Prestação de serviços	1 781 041	3 028 933	3 925 001	7 089 709
. Atividades sociais	398 673	775 043	1 531 563	3 044 909
. Adm. pública	512 644	712 904	1 152 341	1 812 152
. Outras atividades	163 568	580 383	1 150 012	2 138 753
Não-Economicamente Ativas	19 440 628	26 078 626	36 304 895	44 353 185

FONTE: IBGE, *Censo Demográfico do Brasil*, diversos anos; e *Tabulações Avançadas do Censo Demográfico do Brasil*-1980, Resultados Preliminares, pág. 6.

Quadro 9.2

ESTRUTURA OCUPACIONAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA: 1950-1980

(%)

Setor de Atividade	1950	1960	1970	1980
Atividades Agropecuárias, de Extração vegetal e pesca	59,90	53,96	44,28	29,23
Indústria de Transformação	9,40	8,59	10,97	15,66
Indústria de Construção	3,42	3,43	5,82	7,20
Outras Atividades Industriais	1,37	0,90	1,13	1,52
Comércio de Mercadorias	5,51	6,50	7,60	9,39
Transportes e Comunicações	3,73	4,30	3,95	4,15
Prestação de Serviços	10,41	13,31	13,28	16,19
Atividades Sociais	2,33	3,41	5,18	6,95
Administração Pública	3,00	3,13	3,90	3,97
Outras Atividades	0,96	2,55	3,90	4,69
PEA	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Idem Quadro 9.1.

Portanto, até meados da década de 60, as atividades Agropecuárias, de Extração Vegetal e Pesca no setor rural e a Prestação de Serviços no setor urbano eram as principais absorvedoras de mão-de-obra no País. A relação entre o número de empregos na Indústria de Transformação e o número de empregados na Prestação de Serviços cai de 0,90 em 1950 para 0,65 em 1960. É o fenômeno clássico de "inchação do setor serviços", característico dos primeiros estágios do processo de industrialização. Esta evolução apresenta uma clara mudança a partir de 1970, quando o setor industrial passa a ser o maior empregador, em termos marginais. Naquele ano o número de trabalhadores industriais era 83% do número correspondente no setor de Prestação de Serviços, enquanto em 1980 estas duas atividades absorviam praticamente a mesma quantidade de mão-de-obra.

9.2 — Subemprego e Desemprego Aberto

A evolução da estrutura ocupacional da PEA, brevemente descrita acima, tem conseqüências bastante importantes sobre a forma como se manifesta o problema do desemprego urbano.

Sendo o setor serviços relativamente desorganizado no que se refere às relações de trabalho aí existentes, uma parcela substancial da PEA nele ocupada se compõe de trabalhadores autônomos, sem relação de emprego formal. Neste contexto, não é possível, em muitos casos, caracterizar uma relação de trabalho assalariado, constituindo-se a PEA neste setor de um grande contingente de auto-empregados. Assim, em 1976, * 28,8% da PEA ocupada no setor serviços constituíam-se de autônomos, enquanto que 68,0% eram empregados. Também no Comércio de Mercadorias este é um fenômeno importante. Cerca de 30% da PEA neste setor constituíam-se de autônomos, enquanto 59,2% são empregados (Quadro 9.3).

Além de ter um grande contingente de mão-de-obra não assalariada, o setor de Prestação de Serviços apresenta uma grande percentagem de empregados sem carteira de trabalho assinada. Em 1976, 55,3% dos empregados no setor de Prestação de Serviços e Serviços Auxiliares da Atividade Econômica não tinham carteira de trabalho assinada, não sendo portanto regidos pela CLT (Quadro 9.4).

Por outro lado, é no setor industrial que a relação de trabalho assalariado é mais difundida. Cerca de 90% da PEA na Indústria de Transformação e 91,7% da PEA em Outras Atividades

* Este ano foi escolhido por ser o único no qual a PNAD apresenta esta classificação.

Quadro 9.3

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, POR SETOR DE ATIVIDADE E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO (1976)

(%)

Setor de Atividade	Empregados	Autônomos	Empregadores	Outros[a]
Total	61,6	23,2	2,7	12,6
Agrícola	32,4	33,1	2,7	31,8
Indústria de Transformação	89,0	6,6	3,2	1,2
Indústria de Construção	76,1	21,3	2,1	0,6
Outras Atividades Industriais	91,7	0,6	0,8	0,9
Comércio de Mercadorias	59,2	30,8	5,5	4,5
Prestação de Serviços	68,0	28,8	2,0	1,2
Serviços Auxiliares de Atividades Econômicas	76,0	17,2	6,3	0,5
Transporte e Comunicação	73,3	24,2	1,7	0,7
Atividades Sociais	94,0	4,3	0,7	0,9
Administração Pública	100,0	—	—	—
Outras Atividades	80,6	14,9	1,3	4,2

FONTE: IBGE, *PNAD*-1976, pág. 36-38.
[a] Sem remuneração e sem declaração.

Quadro 9.4

EMPREGADOS COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA, POR SETOR DE ATIVIDADE (1976-1983)

(%)

Setor de Atividade	1976	1977	1978	1979	1981	1982	1983
Total	61,2	58,9	59,9	59,8	58,1	57,3	52,7
Agrícola	15,3	12,2	14,2	13,5	13,3	14,4	10,7
Indústria de Transformação	87,9	87,6	88,2	87,9	85,4	84,5	84,2
Indústria de Construção	70,3	72,7	70,5	67,9	54,9	60,5	33,3
Outras Atividades Industriais	88,6	86,4	86,6	86,0	84,7	83,8	78,1
Comércio de Mercadorias	75,8	75,7	75,6	75,5	73,6	72,2	73,2
Prestações de Serviços e Serviços Auxiliares da Ativ. Econômica	44,7	45,2	44,9	45,8	43,9	41,8	40,3
Transporte e Comunicação	84,5	84,6	85,2	84,6	84,4	82,9	84,1
Atividades Sociais	62,6	61,3	63,7	64,8	63,7	61,3	59,0
Administração Pública	50,7	43,2	49,5	47,7	52,1	50,7	43,6
Outras Atividades	91,4	93,5	91,3	92,8	91,7	90,4	91,8

FONTE: IBGE, *PNAD*, diversos anos.

Industriais eram empregados em 1976, sendo que, destes, 87,9% e 88,6%, respectivamente, tinham carteira de trabalho assinada (Quadro 9.4).

Se a assinatura da carteira de trabalho de um empregado por seu empregador for tomada como um primeiro indicador de entrada no mercado formal de trabalho, os dados do Quadro 9.4 fornecem a evolução deste segmento do mercado de trabalho, por setor de atividade econômica, entre 1976 e 1983. Analisando-se esse quadro pode-se notar, em primeiro lugar, que a Indústria de Transformação, Outras Atividades Industriais e Transportes e Comunicações são os setores que têm a maior percentagem de seus empregados no setor formal da economia, enquanto que é no setor de Prestação de Serviços e Serviços Auxiliares de Atividade Econômica que esta participação é a mais reduzida. Portanto, pelo menos com base neste indicador, pode-se dizer que o aumento do número de empregados nos três primeiros setores citados acima tem como conseqüência um aumento percentual de trabalhadores no mercado de trabalho formal. Isto significa também que é a partir do final dos anos 60 e início dos anos 70, com o aumento da participação do emprego nestes setores no total da PEA, que o mercado de trabalho urbano passa a ser em grande parte composto de trabalhadores assalariados, com relação de emprego formalmente constituída.

Em segundo lugar, deve-se notar o comportamento desta relação através do período 1976-1983. Neste contexto, dois subperíodos podem ser destacados com clareza. O primeiro, que vai de 1976 a 1979, no qual a percentagem de empregados com carteira assinada permanece basicamente estável. Para o total da PEA empregada, esta percentagem passa de 61,2% para 59,8% dos empregados, uma queda de apenas 2,3%. Quando se observa a evolução desta participação nos diferentes setores de atividade, pode-se notar que em todos eles ela permanece estável, exceto no setor agrícola. Neste último ocorre uma queda em torno de 30% entre 1976 e 1977, ocorrendo um ligeiro crescimento a partir deste último ano. É importante assinalar que este foi um período de moderado crescimento econômico, com taxas médias próximas de 6% ao ano.

O subperíodo 1981-1983 apresenta um comportamento totalmente distinto do anterior. A percentagem de empregados com carteira de trabalho assinada caiu 9% no biênio, de 58,1% para 52,7% do total de empregados. Todos os setores apresentaram queda neste indicador, porém dois deles mostraram resultados especialmente dramáticos, a Indústria de Construção e o setor de Prestação de Serviços e Serviços Auxiliares de Atividade Econômica. Na Indústria de Construção a tendência à queda desta percentagem começa a se manifestar no final da década de 70; porém, é entre 1982 e 1983 que ela se torna drástica. Entre estes dois anos a percentagem de empregados

na Indústria de Construção que tinham carteira de trabalho assinada reduz-se praticamente à metade. Deve-se assinalar, neste contexto, que entre 1982 e 1983 o índice de produto real do setor de Construção Civil da Fundação Getulio Vargas apresentou uma queda de 15%, após uma pequena redução entre 1980 e 1981, e estabilidade entre 1981 e 1982. *

O segundo setor que apresentou uma diminuição relativamente grande neste indicador, porém bastante menos acentuada que o acima mencionado, foi o de Prestação de Serviços e Serviços Auxiliares de Atividade Econômica. Para este setor, a percentagem de empregados com carteira assinada caiu 10% — de 45,8% em 1979 para 40,3% do total de empregados em 1983. Entretanto, neste setor a tendência é mais homogênea, com pequenas quedas em todos os anos do subperíodo.

Podemos, portanto, concluir que um dos principais efeitos da redução do nível de atividade no setor urbano da economia brasileira foi o crescimento relativo do setor informal do mercado de trabalho. Este fenômeno ocorre principalmente na Indústria de Construção e, em menor escala, na Prestação de Serviços e Serviços Auxiliares da Atividade Econômica.

As considerações acima indicam que até meados da década de 60 o problema relevante, que dominava a preocupação dos gestores da política econômica, era o do subemprego e da pobreza urbana. Dentro desta ótica, o crescimento acelerado do produto industrial e o aumento da absorção de mão-de-obra pelo setor formal do mercado de trabalho daí decorrente pareciam as oluções naturais. À medida que crescia o emprego industrial, o número de empregados com carteira de trabalho assinada aumentava em termos absolutos e relativos, o oposto acontecendo com o número de autônomos. Esperava-se que, eventualmente, a maior parte da PEA estivesse incorporada ao setor formal do mercado de trabalho, com relação de trabalho assalariado regido pela CLT.

A crise do início dos anos 80 teve o efeito de inverter esta tendência no mercado de trabalho. A queda do nível de produção e de emprego industrial, ao mesmo tempo em que aumentou a taxa de desemprego aberto, reduziu a taxa de crescimento da PEA urbana e aumentou o número e a percentagem dos subempregados.

O número de desempregados cresceu de 1,2 milhão de pessoas para 2,4 milhões entre 1979 e 1983, um crescimento de 100% nestes quatro anos. Uma grande parte deste crescimento foi concentrada

* O índice de produto real da Construção Civil, tomando-se 1970 = 100, atinge 251,9 em 1980, 241,2 em 1981, 241,6 em 1982 e 205,4 em 1983. Dados do Centro de Contas Nacionais — CDS/IBRE/FGV.

no período 1979-1981. Ao mesmo tempo, a taxa de desemprego aberto passa de 4,1% da PEA urbana em 1979 para 6,3% em 1983 (Quadro 9.5).

Quadro 9.5

TOTAL DE DESEMPREGADOS E TAXA DE DESEMPREGO ABERTO, 1979-1983

Anos	Taxa de Desemprego (%)	Total de Desempregados (milhões de pessoas)
1979	4,1	1,2
1980	4,6	1,5
1981	5,8	2,0
1982	5,6	2,0
1983	6,3	2,4

FONTE: *Políticas de Estabilização e Emprego: o caso do Brasil: 1980-84*, Ministério do Trabalho — Secretaria de Emprego e Salário (outubro 1984, pág. 32).

Foi visto, porém, que o aumento do desemprego aberto é apenas parte do fenômeno do desemprego. Dois outros fatores precisam ser considerados. Em primeiro lugar, à medida que diminuem as oportunidades de emprego formal, a ausência de uma infra-estrutura institucional que proteja o desempregado faz com que este se ocupe no setor informal do mercado de trabalho. Em segundo lugar, uma parte significativa da força de trabalho desiste de procurar emprego, colocando-se fora da PEA. O Quadro 9.6 mostra estes dois fenômenos para a economia como um todo para o período 1981-1983.

Definindo-se como subempregados os membros da PEA ocupados e sem carteira de trabalho assinada, os autônomos e os sem remuneração, o número de pessoas nesta condição cresce de 14,1 milhões em 1981 para 18,0 milhões em 1983, o que perfaz um aumento de 28%. A percentagem da PEA subempregada passa neste período de 41,2% para 47,6%. Isto ocorre ao mesmo tempo em que o emprego formal em empresas públicas e privadas cai de 16,3 milhões de pessoas para 15,4 milhões de pessoas.

Para estimar o número de trabalhadores que saíram da PEA no período, supõe-se que, caso não tivesse havido aumento no desemprego, a PEA apresentaria um crescimento similar ao obtido durante

Quadro 9.6

PEA URBANA, REAL E POTENCIAL, SUBEMPREGO E DESEMPREGO ABERTO, 1981-1983

(Milhões de pessoas)

	1981	1982	1983
PEA urbana real	34,2	35,8	37,8
PEA urbana potencial	34,2	36,3	38,6
Emprego organizado	*18,1*	*18,7*	*17,4*
Empresas privadas e públicas	16,3	6,7	15,4
Administração pública	1,8	2,0	2,0
Emprego não organizado (subemprego)	14,1	15,1	18,0
Total do emprego	32,2	33,8	35,4
Desempregados	2,0	2,0	2,4
Fora da PEA urbana	—	0,5	0,8

FONTE: *Políticas de Estabilização e Emprego: o caso do Brasil: 1980-84*, Ministério do Trabalho — Secretaria de Emprego e Salário (outubro 1984, pág. 11).

a década de 70. Adotando esta metodologia, a PEA urbana potencial atinge 36,3 milhões em 1982 e 38,6 milhões em 1983, o que significa que 0,5 milhão e 0,8 milhão de trabalhadores saíram da PEA urbana em 1982 e 1983, respectivamente. Se fossem incluídas estas pessoas como parte do grupo de desempregados, a taxa de desemprego aberto atingiria 6,9% em 1982 e 8,3% em 1983 (ao invés de 5,6% e 6,3%, conforme o Quadro 9.5).

Neste contexto, o problema do desemprego no Brasil nos anos recentes tem pelo menos dois componentes básicos. Em primeiro lugar, o problema estrutural do subemprego e da pobreza urbana que o acompanha. O estancamento do processo de crescimento industrial, na medida em que reduz as oportunidades de emprego formal na economia, gera um aumento do número de subempregados e da pobreza. Sobreposto a este fato existe o problema conjuntural do desemprego aberto, diretamente ligado à queda do nível de emprego industrial. A convivência destes dois fenômenos torna sua solução ainda mais complexa, na medida em que dificulta a identificação do desempregado, além de levantar importantes questões de justiça social sobre qual dos dois grupos tem prioridade na alocação dos recursos públicos. Entretanto, o reconhecimento de que este é um dos principais problemas sociais no Brasil de hoje, dada sua magnitude, é um primeiro passo importante no sentido de encontrar soluções para resolvê-lo.

9.3 — Crescimento e Emprego

A gravidade dos problemas do desemprego e do subemprego urbano exigirá dos gestores da política econômica uma atuação especial no sentido de direcionar o crescimento da economia com o objetivo de incentivar os setores que gerem uma maior demanda por mão-de-obra. Neste contexto, a *composição do crescimento futuro do produto* pode cumprir um papel fundamental, dadas as limitações colocadas à magnitude deste crescimento pela restrição do balanço de pagamentos.

O Quadro 9.7 apresenta o resultado das estimações das elasticidades emprego-produto $\left(\frac{\Delta E/E}{\Delta Y/Y}\right)$ e emprego-custo real da mão-de-obra $\left(\frac{\Delta E/E}{\Delta C/C}\right)$ para diversos ramos de atividade da economia brasileira. A partir dela pode-se analisar sob outro ângulo a questão do emprego no Brasil.

Inicialmente deve-se observar que a elasticidade emprego-produto para a economia como um todo é 0,61, ou seja, um aumento de 1% no produto gera um aumento no nível de emprego de 0,61%. Este valor é a média ponderada das elasticidades setoriais tomando-se como peso o emprego em cada setor. * A partir desta elasticidade conclui-se que o setor de Construção, com elasticidade emprego-produto de 0,96 bem superior à média da economia, é sem dúvida o que apresenta maiores possibilidades de criação de empregos, seguido do Comércio e Outros Serviços.

Por outro lado, a Indústria de Transformação como um todo possui elasticidade emprego-produto de 0,54. É necessário notar que, apesar de ser esta elasticidade relativamente elevada se comparada com o período 1950-1970,** em termos agregados este setor apresenta elasticidade inferior à média da economia, estando entre os setores menos absorvedores de mão-de-obra, ao lado de Transportes e Comunicações, Agropecuária e Extrativa Mineral. Porém, a nível setorial a Indústria apresenta setores relativamente intensivos em mão-de-obra, como é o caso de alguns produtores de bens não-duráveis de consumo (Alimentos, Vestuário e Calçados), da Mecânica e da Metalurgia. A diferenciação setorial no que se refere à absorção de mão-de-obra e à importância, portanto, da composição do produto industrial na criação de novos empregos será explorada mais detalhadamente nas seções a seguir.

---

* Ver Anexo para fonte de dados de emprego setorial.

** As elasticidades emprego-produto dos setores industriais, apresentadas no Quadro 9.7, referem-se ao período 1972-1979.

Quadro 9.7

ELASTICIDADES EMPREGO-PRODUTO E EMPREGO-CUSTO REAL DA MÃO-DE-OBRA, SEGUNDO RAMOS DE ATIVIDADE

	$\frac{\Delta E/E}{\Delta Y/Y}$	$\frac{\Delta E/E}{\Delta C/C}$
1. Agricultura e Pecuária	0,29	*
2. Extrativa Mineral	0,20	—
3. Indústria de Transformação	0,54	—
3.1 Minerais Não-Metálicos	0,32	—
3.2 Metalurgia	0,57	—0,24
3.3 Mecânica	0,69	—
3.4 Material Elétrico	0,44	—
3.5 Material de Transporte	0,22	0,47
3.6 Madeira, Mobiliário, Couros, Editorial e Diversos	0,68	—0,24
3.7 Papel e Papelão	0,28	—
3.8 Borracha	0,30	—
3.9 Química e Matérias Plásticas (Exceto Petróleo)	0,40	—
3.10 Refino de Petróleo	0,54**	—
3.11 Farmacêutica e Perfumaria	0,15	—
3.12 Têxtil	0,30	—0,30
3.13 Vestuário e Calçados	0,56	—
3.14 Alimentos	0,84	—
3.15 Bebidas e Fumo	0,45	—
4. Energia Elétrica e Serviços Industriais de Utilidade Pública	0,54**	*
5. Construção	0,96	*
6. Comércio	0,83	*
7. Transporte e Comunicações	0,32	*
8. Financeiro	0,62	*
9. Outros Serviços	0,81	*
Total	0,61	*

FONTE: Ver Anexo.

* Não disponíveis.

** Média da Indústria, dada a não disponibilidade de dados de emprego e/ou produto para estes setores.

—Não estatisticamente diferentes de zero.

No que se refere ao efeito de mudanças na estrutura do crescimento sobre a evolução do emprego, três aspectos merecem ser considerados. Primeiro, pode-se analisar de que forma o crescimento das exportações afeta o nível de emprego. Em segundo lugar, é possível estimar como mudanças na distribuição de renda vigente estimulam ou desestimulam setores mais intensivos em mão-de-obra. Finalmente dados os baixos níveis de salário real da maior parte da força de trabalho brasileira — sem dúvida um dos principais componentes dos elevados níveis de pobreza existentes no País — é importante também analisar qual a sensibilidade do nível de emprego em relação a variações no custo real da mão-de-obra (salário nominal/nível de preços do setor).

9.3.1 — Exportações e Emprego

A necessidade de se criarem elevados saldos comerciais a partir de 1981 aumentou de forma considerável a participação das exportações no produto industrial agregado. Para a Indústria de Transformação como um todo, esta participação passou de 5,39% para 11,92% entre 1975 e 1983. Porém, este crescimento ocorreu de forma diferenciada entre os diversos setores da indústria, sendo que os que apresentaram maior crescimento relativo foram a Metalurgia, Mecânica e Papel e Papelão, enquanto que Vestuário, Alimentos, Bebidas e Fumo foram os que menos cresceram (Quadro 9.8).

Quadro 9.8

PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES NO VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL E TAXA DE CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES INDUSTRIAIS NO PERÍODO 1975/1983

	Exportações/Valor da Produção		Taxa Média de Crescimento 1975/1983
	1975	1983	
Indústria de Transformação	*5,39*	*11,92*	*13,6*
Min. não-metálicos	3,05	5,69	9,3
Metalurgia	1,84	14,38	32,3
Mecânica	2,92	7,28	15,6
Mat. elet. e comunicações	5,03	10,27	12,4
Mat. transportes	5,05	15,07	12,7
Mad. mob. couros, edit. e diversos	2,97	5,70	11,5
Papel e papelão	3,04	28,93	42,3
Borracha	1,54	8,07	24,5
Química e plásticos*	9,15	14,34	12,4
Refino de petróleo	3,52	11,96	19,4
Farm. e perfumaria	3,70	1,93	17,0
Têxtil	6,07	13,35	10,9
Vestuário	8,60	9,84	4,8
Alimentos	9,74	12,75	7,8
Bebidas e fumo	7,44	10,48	6,8

FONTE: R. Bonelli e J.C.F. da Silva — "Crescimento Industrial, Ajuste Estrutural e Exportações de Manufaturados: notas para a definição de uma estratégia de longo prazo para a Economia Brasileira" — Texto para Discussão Interna n.º 69, IPEA/INPES (novembro 1984, pág.25).
*Exclusive refino de petróleo.

Para verificar se este crescimento das exportações se deu em setores relativamente intensivos em mão-de-obra, foram calculados coeficientes de correlação entre as elasticidades emprego-produto para a indústria apresentadas no Quadro 9.7, e as participações das exportações no valor da produção dos setores industriais em cada um destes dois anos. Para o ano de 1975, este coeficiente era de 0,35, enquanto para 1983 seu valor era de —0,10. Portanto, se em 1975 havia uma correlação positiva entre as elasticidades emprego-produto e as participações das exportações no produto, em 1983 esta correlação havia-se tornado negativa. Em outras palavras, o crescimento das exportações no início dos anos 80 se deu principalmente em setores pouco intensivos em mão-de-obra. Confirmando esta tendência, o coeficiente de correlação entre as elasticidades emprego-produto e as taxas de crescimento das exportações no período apresentou valor negativo igual a —0,25. Desta forma, a política de incentivo às exportações, que inicialmente estimulou setores intensivos em mão-de-obra, passa, a partir do final da década de 70, a incentivar setores pouco utilizadores deste fator.

Dadas estas considerações, pode-se agora calcular o efeito sobre o emprego resultante de um aumento de 10% nas exportações de todos os setores simultaneamente. O crescimento percentual do valor da produção que seria obtido com este incremento das exportações é apresentado no Quadro 9.9, coluna 1. A variação percentual do emprego foi obtida multiplicando-se este crescimento da produção pelas elasticidades emprego-produto apresentadas no Quadro 9.7.

Como se pode observar, um crescimento de 10% nas exportações de todos os setores simultaneamente geraria um aumento do emprego de 0,50% na Agricultura, 0,86% na Extrativa Mineral e 1,07% na Indústria de Transformação. No agregado destes setores, isto significa uma elasticidade emprego-exportações de apenas 0,08. Neste contexto, pouco se pode esperar no que se refere à contribuição das exportações para solucionar o problema do emprego nos anos 80.

9.3.2 — Distribuição de Renda e Emprego

Analisa-se, em seguida, a relação entre distribuição de renda e emprego. O Quadro 9.10 apresenta as modificações ocorridas na distribuição da renda entre 1979 e 1983, com um corte intermediário em 1981, cujo significado é destacar a evolução da renda e sua distribuição, no biênio mais crítico da fase de ajuste recente.

Mesmo sabendo de antemão que as perdas de renda no início dos anos 80 foram substanciais, os resultados apresentados no quadro são impressionantes: para o enorme contingente humano —

Quadro 9.9

AUMENTO PERCENTUAL DO VALOR DA PRODUÇÃO E DO EMPREGO DE CADA SETOR, RESULTANTE DO AUMENTO DE 10% DAS EXPORTAÇÕES DE TODOS OS SETORES SIMULTANEAMENTE

Setor	Variação do valor da produção	Variação do emprego
1. Agricultura	1,72	0.50
2. Extrativa Mineral	4,28	0,86
3. Indústria de Transformação	1,98	1,07
3.1 Minerais Não-Metálicos	0,92	0,29
3.2 Metalúrgica	2,91	1,66
3.3 Mecânica	1,75	1,21
3.4 Mat. elétricos e Comunicações	1,60	0,70
3.5 Materiais de Transportes	2,33	0,51
3.6 Mad. mob., Couros, Edit. Diversos	1,19	0,80
3.7 Papel e Papelão	4,64	1,30
3.8 Borracha	2,04	0,61
3.9 Química e Plásticos*	3,08	1,23
3.10 Refino de Petróleo	2,11	1,10
3.11 Perfumaria e Farmacêutica	0,31	0,05
3.12 Têxtil	2,21	0,66
3.13 Vestuário	1,05	0,59
3.14 Alimentos	1,63	1,37
3.15 Bebidas e Fumo	1,19	0,54
Demais Setores**	0,74	0,56
Total da Indústria	2,05	1,09

FONTE: R. Bonelli e J.C.F. da Silva, *op.cit.* — pág.31
Quadro 9.7

*Exclusive refino de petróleo.

**Setor terciário, construção civil, energia elétrica e serviços industriais de utilidade pública.

Quadro 9.10

BRASIL — DISRIBUIÇÃO DE RENDA SEGUNDO DECIS, E RENDA MÉDIA RESPECTIVA: 1979, 1981 E 1983

Decis	% Renda Total			Renda Média*			% Variação Renda Média		
	1979	1981	1983	1979	1981	1983	79/81	81/83	79/83
1.º	0,84	0,69	0,79	527	418	381	—20,7	—8,9	—27,7
2.º	1,91	2,09	1,71	1198	1270	826	6,0	—35,0	—31,1
3.º	2,58	2,57	2,32	1617	1559	1120	—3,6	—28,2	—30,7
4.º	3,52	3,47	3,23	2207	2109	1561	—4,4	—26,0	—29,3
5.º	4,29	4,16	4,19	2690	2527	2027	—6,1	—19,8	—24,6
6.º	5,47	6,12	5,47	3430	3716	2643	8,3	—28,9	—22,9
7.º	7,26	7,68	7,44	4550	4664	3597	2,5	—22,9	—20,9
8.º	10,07	10,44	10,27	6314	6339	4966	0,4	—21,7	—21,3
9.º	15,84	16,12	16,69	9931	9788	8071	—1,4	—17,5	—18,7
10.º	48,22	46,66	47,89	30304	28335	23154	—6,5	—18,3	—23,6
Total	100,00	100,00	100,00	6270	6072	4835	—3,2	—20,4	—22,9
40% —	8,85	8,82	8,05	1388	1339	972	—3,5	—27,4	—29,9
40% +	81,39	80,90	82,29	12775	12282	9947	—3,9	—19,0	—22,1
5% +	34,87	33,41	33,95	43727	40569	32831	—7,2	—19,1	—24,9
Gini	0,5899	0,5808	0,5976	—	—	—	—	—	—

FONTE: PNAD 1979, 1981, 1983.
* Em cruzeiros por mês, a preços de outubro de 1979.
Deflator Utilizado: INPC.

cerca de 50 milhões de pessoas — que percebia algum rendimento nesses anos, a redução da renda média no quadriênio alcançou aproximadamente 23%. Ao dividir o período nos dois biênios que o compõem, nota-se que, no primeiro, a perda de renda média foi de 3%, ao passo que no biênio 1982-83 atingiu 20%. Essa diferença está ligada às alterações na política salarial (particularmente após o Decreto-Lei 2.065), à aceleração inflacionária de 1983 e ao processo de ajustamento interno visando a controlar os gastos públicos, que reduziu as remunerações no setor estatal.

Como seria de esperar, a redução da renda média não foi uniforme em todos os estratos. Deve-se notar que, patricularmente após 1981, foram os estratos inferiores que mais perderam. Na parte inferior do quadro, onde estão sumariados alguns resultados segundo grandes grupos populacionais, verifica-se que os 40% inferiores da distribuição de rendimentos tiveram perdas de renda média real no quadriênio da ordem de 30%, ao passo que para os 40% superiores a perda foi de 22%, sendo 19% no último biênio. Na realidade,

a última coluna mostra que, excetuando-se o decil inferior, as perdas de rendimento diminuem à medida que se passa para os decis superiores, até chegar ao 9.º decil, ocorrendo um aumento no 10.º decil.

A decomposição do produto a nível de categoria de uso, descrita no Quadro 9.11, reflete as reduções de renda média descritas acima. O setor de bens não-duráveis de consumo teve queda em seu nível de produção de 5,2% em 1983, conseqüência da perda de renda média real superior a 20% no biênio 82-83 para os 80% inferiores da distribuição de rendimentos. Neste grupo estavam incluídas em outubro de 1983 pessoas com renda até 3,5 salários mínimos, cuja demanda é composta em grande parte de bens não-duráveis de consumo. A queda na demanda interna desses bens atinge diretamente o nível de emprego, na medida em que os setores que os produzem possuem, em geral, elasticidade emprego-produto acima da média da indústria.

Quadro 9.11

VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL A NÍVEL DE CATEGORIA DE USO

(Base: igual período ao ano anterior)

Ano	Bens de Capital	Bens Intermediários	Bens Duráveis de Consumo	Bens Não-Duráveis de Consumo
1980	8,6	9,2	18,8	5,3
1981	—17,4	—12,4	—25,2	—0,6
1982	—13,2	2,2	8,5	2,1
1983	—20,2	—3,0	—4,0	—5,2
1984 (jan.-out.)	11,6	10,7	—6,8	—0,5
1980-1984 (out.)	—27,2	5,0	—13,6	1,8

FONTE: FIBGE, Indicadores de Produção Industrial.

A queda na produção de bens duráveis de consumo foi uma conseqüência da redução do nível de demanda por esses bens, provocada pela perda de renda média de 24,9% no quadriênio 79-83 para os 5% superiores da população com rendimento. Este grupo incluía as pessoas com renda superior a dez vezes o maior salário

mínimo vigente no País, respondendo por 34% da renda total, e que contém a maior parte dos compradores de bens duráveis de consumo. A contração na demanda por estes bens, na medida em que resultou em queda na produção (de 13,6% nestes quatro anos), teve sérios efeitos sobre o nível de emprego.

Finalmente, deve-se notar a extraordinária redução do produto no setor produtor de bens de capital (29% entre 1980 e 1984), sem dúvida um resultado da redução do nível agregado de investimento da economia.

Antes de passar ao estudo da relação entre salário real e emprego, pode-se ainda analisar o efeito de mudanças na estrutura de distribuição de renda sobre o nível de emprego no Brasil. Dados os diferentes padrões de consumo dos diversos grupos de renda e as diferentes elasticidades emprego-produto entre os setores produtivos, mudanças distributivas podem ter efeitos positivos ou negativos sobre o volume de emprego, dependendo da estrutura de demanda dos grupos favorecidos e desfavorecidos.

Com este objetivo, foram realizados dois exercícios utilizando e estrutura de consumo da Matriz de Relações Intersetoriais da FIBGE de 1975, atualizada pelos valores das Contas Nacionais para 1983. O primeiro exercício analisou o efeito de um aumento de 100% no nível de consumo dos 50% mais pobres da população com rendimentos no País. Em termos de renda isto significaria uma transferência de 12% da renda total das pessoas com rendimento para este grupo, supondo-se que esta seja integralmente consumida. O exercício utilizou o vetor de consumo pessoal da demanda final, correspondente à faixa de zero a cinco salários mínimos, supondo-se que a estrutura de consumo deste grupo, cuja renda mediana é 2,5 salários mínimos, não se modificou. * Os resultados obtidos em termos de variação da produção e do emprego para os diversos setores e para a economia como um todo são apresentados no Quadro 9.12. A produção total teria um crescimento de 5,1%, sendo que os setores mais favorecidos seriam Agricultura e Pecuária, Farmacêutica e Perfumaria e Alimentos. Por outro lado, a variação do emprego seria de 3,4%, principalmente concentrado no setor de Alimentos. Comparando-se a variação do emprego com a variação da produção, obtém-se uma elasticidade agregada emprego-produto, referente a este exercício, de 0,67.

---

* Como os 50% mais pobres da população com rendimentos compreendem pessoas que recebiam até 1,27 salário mínimo, sua renda mediana seria 0,64 salário mínimo, que duplicada torna-se 1,27 salário mínimo. Por outro lado, se se utiliza a estrutura de demanda do grupo de 0 a 5 salários mínimos, a renda mediana seria 2,5 salários mínimos. Assim, a hipótese que foi feita no exercício é de que estes dois grupos têm a mesma estrutura de consumo (1,27 e 2,5).

No segundo exercício foram calculadas as variações no emprego e no produto resultantes de uma redução de 12% no consumo dos 10% mais ricos da população. Isto levaria a uma queda na produção de 1,1% e no emprego de 0,57%. Portanto, a elasticidade emprego-produto neste exercício é de (—0,57/—1,1) 0,52 (Quadro 9.13).

Combinando os dois exercícios, o principal resultado a ser destacado é que políticas de redistribuição de renda em favor dos grupos mais pobres da população têm efeitos positivos sobre o nível de emprego, pois estes consomem produtos mais intensivos em mão-de-obra. A elasticidade emprego-produto do primeiro exercício redistributivo é de 0,67 enquanto que no segundo, que reflete a estrutura

Quadro 9.12

VARIAÇÃO PERCENTUAL DO VALOR DA PRODUÇÃO E DO EMPREGO DE CADA SETOR, RESULTANTE DO AUMENTO DE 100% NO CONSUMO DOS 50% MAIS POBRES DA POPULAÇÃO

Setor	Variação da Produção	Variação do Emprego
1. Agricultura e Pecuária	9,8	2,84
2. Extrativa Mineral	2,8	0,56
3. Indústria de Transformação	5,7	3,00
3.1 Minerais Não-Metálicos	1,1	0,35
3.2 Metalurgia	2,3	1,33
3.3 Mecânica	3,6	2,50
3.4 Material Elétrico	4,1	1,78
3.5 Material de Transporte	1,6	0,35
3.6 Mad. Mob., Couros, Edit. Diversos	3,7	2,49
3.7 Papel e Papelão	3,7	1,03
3.8 Borracha	3,8	1,14
3.9 Química e Matérias Plásticas	5,4	2,15
3.10 Refino de Petróleo	4,6	2,40
3.11 Farmacêutica e Perfumaria	13,4	2,00
3.12 Têxtil	4,9	1,46
3.13 Vestuário e Calçados	6,5	3,64
3.14 Alimentos	12,6	10,54
3.15 Bebidas e Fumo	4,5	2,00
4. Energia Elétrica e Serv. Ind. de Utilidade Pública	8,0	4,14
5. Construção	—	—
6. Comércio	6,0	5,72
7. Transporte e Comunicações	5,8	1,85
8. Financeiro	—	—
9. Outros Serviços	4,7	3,78
Total	5,1	3,37

Quadro 9.13

VARIAÇÃO PERCENTUAL DO VALOR DA PRODUÇÃO E DO EMPREGO DE CADA SETOR, RESULTANTE DA REDUÇÃO DE 12% NO CONSUMO DOS 10% MAIS RICOS DA POPULAÇÃO

Setor	Variação da Produção	Variação do Emprego
1. Agricultura e Pecuária	—1,3	—0,38
2. Extrativa Mineral	—0,6	—0,13
3. Indústria de Transformação	—1,1	—0,57
3.1 Minerais Não-Metálicos	—0,3	—0,11
3.2 Metalurgia	—1,0	—0,57
3.3 Mecânica	—1,1	—0,78
3.4 Material Elétrico	—1,4	—0,62
3.5 Material de Transporte	—0,6	—0,14
3.6 Mad. Mob., Couros, Edit. Diversos	—0,9	—0,60
3.7 Papel e Papelão	—0,7	—0,21
3.8 Borracha	—1,6	—0,47
3.9 Química e Matérias Plásticas	—1,1	—0,46
3.10 Refino de Petróleo	—1,1	—0,56
3.11 Farmacêutica e Perfumaria	—2,1	—0,32
3.12 Têxtil	—0,9	—0,27
3.13 Vestuário e Calçados	—0,1	—0,71
3.14 Alimentos	—0,2	—1,26
3.15 Bebidas e Fumo	—0,1	—0,44
4. Energia Elétrica e Serv. Ind. de Utilidade Pública	—0,2	—1,07
5. Construção	—	—
6. Comércio	—0,1	—1,06
7. Transporte e Comunicações	—0,1	—0,40
8. Financeiro	—	—
9. Outros Serviços	—0,1	—0,10
Total	—1,1	—0,57

de consumo dos 5% mais ricos, esta elasticidade é 0,52. Estes exercícios destacam a importância dos padrões setoriais de crescimento sobre a evolução do nível de emprego na economia brasileira.

É importante ressaltar que estes exercícios referem-se basicamente a alterações no consumo dos diferentes grupos de renda e aos efeitos sobre produto e emprego daí decorrentes. Desta forma, na medida em que Construção não pertence ao vetor Consumo da demanda final e sim ao vetor Investimento, de acordo com a Matriz de Relações Intersetoriais da FIBGE, e sendo este o setor mais intensivo em mão-de-obra da economia, os efeitos positivos sobre emprego descritos acima certamente estão subestimados. Para se ter uma

idéia desta subestimação, vale notar que a elasticidade emprego-produto da economia ao se excluir Construção Civil se reduz em 7% — de 0,61 para 0,57.

9.3.3 — Salários e Emprego

A última questão a ser analisada refere-se à sensibilidade do nível de emprego às variações nos salários reais. A teoria econômica tradicional estabelece, em geral, uma relação negativa entre emprego e taxa de salários reais. Esta relação seria uma conseqüência da determinação da demanda por trabalho a partir do princípio da maximização dos lucros por parte das empresas. Assim, uma redução do nível de salários reduziria a taxa de desemprego existente.

Por outro lado, se o nível de produção setorial estiver de alguma forma relacionado com a demanda efetiva por produtos do setor, e não apenas com o preço relativo dos fatores, um controle da remuneração do fator trabalho pode ter um efeito oposto ao descrito acima. Isto porque reduzir-se-ia o poder aquisitivo dos trabalhadores e, portanto, a demanda efetiva da economia, resultando num aumento da taxa de desemprego e não em sua redução.

Estimou-se a elasticidade emprego-custo real da mão-de-obra com o objetivo de avaliar a sensibilidade do emprego a variações neste custo. Os valores encontrados para esta elasticidade para os diversos setores industriais estão apresentados no Quadro 9.7. * Dada a falta de dados não foi possível a estimação destas elasticidades para os setores Primário e Terciário.

Os resultados obtidos mostram que esta elasticidade não é significativamente diferente de zero para a grande maioria dos setores industriais, com exceção de apenas quatro. Os setores Metalurgia, Madeira, Mobiliário, Couro, Editorial e Diversos e Têxtil possuem elasticidade emprego-custo real da mão-de-obra negativa (—0,24, —0,24, —0,30 respectivamente), o que significa que nestes setores uma redução dos salários levaria a um aumento no emprego. O setor Material de Transporte apresenta um resultado não previsto teoricamente, que é uma elasticidade emprego-custo real da mão-de-obra positiva igual a 0,47. Para a Indústria de Transformação como um todo a elasticidade emprego-custo real da mão-de-obra é estatisticamente nula.

Dado o que foi descrito acima, o controle dos reajustes salariais posto em vigor, principalmente a partir do Decreto-Lei 2.065, não

* Para uma descrição mais detalhada destas estimações, ver Anexo.

parece ter tido efeito positivo sobre o nível de emprego da economia. Sem dúvida, uma conseqüência importante do controle salarial foi o realinhamento dos preços relativos em benefício do setor exportador. Isto resultou na elevação da relação câmbio-salários, devido à conjugação das diversas políticas salariais que vigoraram em 1983 com a maxidesvalorização do cruzeiro ocorrida em fevereiro deste mesmo ano. Estes fatores provocaram uma elevação desta relação entre 20 e 25%, de fevereiro de 1983 a março de 1984. * Este ganho das empresas exportadoras certamente contribuiu para o êxito das exportações industriais brasileiras. Entretanto, no que se refere ao emprego, seu efeito foi possivelmente negativo. Dado que as exportações têm-se direcionado para setores pouco intensivos em mão-de-obra — daí resultando uma baixa elasticidade exportações/emprego —, o aumento do emprego resultante do crescimento das exportações não foi suficiente para compensar as quedas de renda real e demanda interna (ver Seção 9.3.1).

A relação entre política salarial e distribuição de renda é um dos aspectos mais controversos da política econômica no Brasil. A dificuldade de se obterem dados confiáveis sobre a evolução dos rendimentos no setor informal da economia, e a forma como estes se relacionam com os do setor formal, torna a análise dos efeitos da política salarial sobre a distribuição de rendimentos bastante difícil. Porém, uma análise ainda que pouco rigorosa desta relação entre 1979 e 1983 pode fornecer alguns resultados interessantes mesmo que não conclusivos. Isto será feito com o auxílio do Quadro 9.14. Nele observamos que o grupo situado entre o 6.º e 8.º decil da distribuição de rendimentos obteve ganhos de renda média no biênio 79-81, cuja magnitude variou inversamente com o número de salários mínimos recebidos. Para o grupo que recebia entre 1,27 e 1,70 salários mínimos em outubro de 1983, este ganho foi da ordem de 8,3%, enquanto que para o grupo com rendimentos entre 2,33 e 3,38 salários mínimos este ganho foi aproximadamente nulo. Este aumento desigual de renda média segue, em linhas gerais, a política de reajustes diferenciados por classe de salários que permitiu ganhos acima de 100% do INPC para salários inferiores a três mínimos. Por outro lado, no segundo biênio houve uma perda generalizada para todas as classes de renda, também em acordo com a retirada de reajustes acima do índice de inflação e da aceleração inflacionária. É interessante notar que, se para o grupo acima a perda se dá somente no segundo período, para os 20% mais ricos da população com rendimentos, que incluem as pessoas que recebiam acima de 3,38 salá-

* Fonte: Ferreira da Silva, J. C. — "A maxidesvalorização cambial de 1984 já foi feita" — *Boletim de Conjuntura Industrial*, abril/84. Instituto de Economia Industrial.

Quadro 9.14

VARIAÇÃO DA RENDA MÉDIA SEGUNDO DECIS E CLASSE RESPECTIVA DE RENDIMENTOS – 1979-1983

Decis	Números de Salários Mínimos em 83	Variação da Renda Média (%)		
		79/81	81/83	79/83
1.°	—	—20,7	—8,9	—27,7
2.°	—	6,0	—35,0	—31,1
3.°	—	—3,6	—28,2	—30,7
4.°	—	—4,4	—26,0	—29,3
5.°	1,00-1,27	—6,1	—19,8	—24,6
6.°	1,27-1,70	8,3	—28,9	—22,9
7.°	1,70-2,33	2,5	—22,9	—20,9
8.°	2,33-3,38	0,4	—21,7	—21,3
9.°	3,38-6,04	—1,4	—17,5	—18,7
0.°	acima de 6,04	—6,5	—18,3	—23,6
15% +	acima de 9,82	—7,2	—19,1	—24,9
Total		—3,2	—20,4	—22,9

FONTE: Quadro 9.10.

rios mínimos, a perda de renda média se inicia já a partir de 1979, tendo se acentuado no biênio mais recente. Para a população que tinha rendimentos superiores a 10 salários mínimos este padrão é bem claro – perderam 7,2% ainda no primeiro biênio e 19,1% no segundo.

Portanto, apesar de não ser possível concluir, pelos dados acima, que existe uma relação unívoca entre política de reajuste de salários e distribuição de renda, eles mostram que esta última acompanha, em linhas gerais, a evolução da política salarial. Desta forma, a efetiva redução do salário mínimo real ocorrida e partir de 1982 (Quadro 9.15), conseqüência da aceleração inflacionária do período, aliada às modificações sucessivas no padrão de reajustes salariais na direção de uma menor indexação, parece ter contribuído para um aumento da concentração de rendimentos, como pode ser visto no Quadro 9.10. Nele observamos uma redução do índice de Gini de 0,5899 para 0,5808 entre 1979 e 1981, possivelmente como um resultado da possibilidade de ganhos acima da inflação para salários mais baixos. Entretanto, no biênio seguinte este índice volta a subir para 0,5976. Além de afetar a distribuição da renda na economia, os fatores acima provocaram uma perda de 22,4% na renda média da população no quadriênio 1979/1983.

Quadro 9.15

SALÁRIO MÍNIMO REAL[a]
(Base 1976 = 100)

1976	100,0
1977	101,0
1978	102,6
1979	105,2
1980	106,2
1981	107,9
1982	106,6
1983	102,9

FONTE: *Conjuntura Econômica*, vários anos.
[a] Deflacionado pelo índice de Custo de Vida (RJ).

As conseqüências desta perda de renda média e do aumento da concentração da renda sobre o emprego já foram exploradas na seção anterior. Os resultados ali encontrados permitem concluir que o controle salarial, dada a insensibilidade da demanda por trabalho em relação ao custo real da mão-de-obra, não foi eficaz no que se refere à geração de novos empregos. Pelo contrário, ao diminuir o poder de compra da população, ocasionou uma queda na demanda interna e, portanto, no emprego, que não foi compensada pelo notável aumento das vendas externas.

9.4 — Conclusão

O problema do desemprego aberto tem sido uma preocupação constante dos gestores de política econômica no País desde 1980. Até aquele ano, as elevadas taxas de crescimento do produto industrial e a incorporação de grandes contingentes de mão-de-obra ao mercado formal de trabalho permitiam a suposição de que o problema do subemprego, uma característica dos primeiros estágios de desenvolvimento, seria automaticamente resolvido pela paulatina absorção da força de trabalho pelos setores mais organizados da economia. Porém, a redução do nível de produção, decorrente da crise do balanço de pagamentos, inviabilizou esta estratégia, na medida em que as elasticidades emprego-produto vigentes na indústria brasileira e a restrição externa não permitem grande otimismo no que se refere à absorção de mão-de-obra em um futuro próximo. Desta forma, a perspectiva de melhora do problema do desemprego

deverá estar diretamente ligada à estrutura do crescimento do produto, pois sua magnitude estará limitada às necessidades do balanço de pagamentos.

Neste contexto, um dos principais resultados deste capítulo mostra que é possível que se obtenham ganhos significativos em termos da elasticidade emprego-produto média da economia, dependendo do estilo de crescimento adotado pelo País. Mostrou-se que esta elasticidade para a estrutura de demanda final dos 50% mais pobres da população é cerca de 30% mais elevada do que para a estrutura de demanda final dos 10% mais ricos. Desta forma, uma conclusão importante que é sugerida é que políticas voltadas para melhorar o padrão de vida da massa da população são também geradoras de mais emprego, em termos relativos. Por outro lado, o efeito multiplicador de emprego destas políticas deve ser elevado, pois é exatamente neste grupo que se encontra a maior parte dos desempregados.

Porém, deve-se notar também a relação entre salários reais e emprego. Estimativas realizadas neste trabalho indicam que a sensibilidade do emprego em relação ao custo real da mão-de-obra não é significativamente diferente de zero para a maior parte dos setores industriais e para a Indústria de Transformação como um todo. Entretanto, mostrou-se também que existe uma clara relação entre queda dos salários reais dos grupos de renda mais elevada e redução no nível de produção, principalmente nos setores produtores de bens duráveis de consumo. Como existe uma relação direta entre produção e emprego, isto significou uma queda acentuada no nível de emprego nestes setores. Assim, dadas as elevadas reduções de salários real ocorridas no último quadriênio, um resultado das políticas salariais adotadas no período, uma política de redistribuição que se baseie em transferências de renda entre assalariados poderá ser altamente perversa para o volume de emprego. O que estamos sugerindo é que as reduções de salário real dos grupos de renda mais elevada, ocorridas a partir de 1979, apesar de terem sido fundamentais para realinhar estes ganhos às necessidades da economia brasileira, parecem ter-se esgotado. Maiores quedas da demanda interna poderão levar a reduções excessivas do mercado interno destes bens e sérios problemas de emprego nestes setores.

Neste contexto, pareceria mais adequado, pelo menos para os objetivos de criação de empregos, que tal transferência ocorra entre os lucros e os salários mais baixos, o que significa uma política tributária que penalize os ganhos de capital, com transferência de recursos para os chamados "setores sociais" da economia.

Apêndice A.9

Estimação das Elasticidades

Para a estimação das elasticidades emprego-produto e emprego-custo real da mão-de-obra dos setores industriais, foram utilizadas funções de emprego logarítmicas da forma

$$Ln\ N_{i,t} = \alpha_0 + \alpha_1\ lny_{i,t} + \alpha_2 ln\ (w/p)_{i,t}$$

onde:

$N_{i,t}$ = nível de emprego do pessoal ligado à produção no setor i no ano t

y_{it} = nível de produto do setor i no ano t

$(w/p)_{i,t}$ = $\dfrac{\text{Salário médio nominal do setor } i \text{ no ano } t}{\text{índice de preços por atacado-oferta global do setor } i \text{ no ano } t}$

Estas funções são derivadas teoricamente a partir da maximização de lucros por parte das empresas industriais, supondo-se uma função de produção C.E.S.

Os dados de nível de emprego, de produto e o salário médio nominal foram obtidos da publicação Pesquisa Industrial da FIGBE para o período 1972-1979. O período escolhido foi limitado pela disponibilidade de dados e pela possibilidade de compatibilização dos mesmos entre diferentes anos. Os dados do Índice de Preços por Atacado-oferta global foram obtidos da *Conjuntura Econômica*.

Os resultados obtidos com as estimações realizadas são apresentados no Quadro A.9.1. Foram escolhidas as equações que apresentaram os melhores resultados em termos de DW, R^2 e SER. Por outro lado, sempre que o coeficiente do custo real da mão-de-obra se mostrou significativamente diferente de zero, esta equação aparece no quadro. Alguns setores foram agregados para efeito de compatibilização com os setores da matriz de insumo-produto. A agregação foi sempre feita tomando como peso o pessoal ocupado na produção.

São eles:

- Madeira, Mobiliário, Couros, Editorial e Diversos
- Química e Matérias Plásticas
- Bebidas e Fumo.

Para os setores não industriais, devido à falta de séries anuais de salários, não foram estimadas elasticidades emprego-custo real da mão-de-obra. No cálculo das elasticidades médias emprego-produto para o período 1976-83, foram utilizados índices de produto das Contas Nacionais e os dados de nível de emprego obtidos a partir da PNAD. Foram consideradas "empregadas" as pessoas ocupadas, segundo setor de atividade, com rendimento mensal da ocupação principal acima de 1 salário mínimo.

Para os setores Refino de Petróleo e Energia Elétrica a elasticidade apresentada no Quadro 9.7, e utilizadas nos exercícios de simulação, foi a elasticidade média da Indústria, dada a não disponibilidade de dados de emprego e/ou produto para estes setores.

Quadro A.9.1

ELASTICIDADES EMPREGO-PRODUTO E EMPREGO-CUSTO REAL DA MÃO-DE-OBRA — EXTRATIVA MINERAL E INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

	C	$ln y_{i,t}$	$ln(w/p)_{i,t}$	R^2	DW	SER	RHO
Ext. Mineral	8,74	0,20		0,70	2,66	0,04514	0,28
(CORC)	(10,668)	(2,658)					
Ind. de Transformação	6,95	0,54		0,98	2,73	0,02833	
(OLSQ)	(16,287)	(18,676)					
Min. Não-Metálicos	7,96	0,32		0,97	2,15	0,02745	—0,04
(CORC)	(25,082)	(13,711)					
Metalurgia	4,90	0,57	—0,24	0,98	2,39	0,03382	
(OLSQ)	(4,900)	(10,603)	(1,957)				
Mecânica	4,22	0,69		0,99	1,92	0,01413	—0,59
(CORC)	(35,439)	(70,950)					
Mat. Elétrico	6,75	0,44		0,93	1,86	0,05716	
(OLSQ)	(11,921)	(9,262)					
Mat. Transporte	10,63	0,22	0,47	0,88	2,86	0,06196	
(OLSQ)	(6,406)	(2,271)	(1,995)				
Madeira	3,75	0,62	—0,44	0,91	2,84	0,03162	0,83
(CORC)	(3,284)	(6,406)	(—5,473)				
Mobiliário	2,92	0,74	—0,25	0,99	1,72	0,01510	
(OLSQ)	(5,251)	(25,373)	(—2,872)				
Couros e Peles	3,25	0,78		0,98	1,70	0,03136	
(OLSQ)	(7,078)	(15,384)					
Papel e Papelão	8,15	0,28		0,89	1,94	0,02625	—0,50
(CORC)	(28,525)	(10,824)					
Borracha	7,52	0,30		0,76	2,25	0,04307	—0,30
(CORC)	(15,682)	(6,569)					
Química	8,36	0,25		0,68	1,72	0,08331	
(OLSQ)	(9,254)	(3,543)					
Prod. Matérias Plásticas	4,29	0,62		0,99	1,50	0,01922	—0,76
(CORC)	(29,855)	(47,723)					
Têxtil	8,04	0,30	—0,30	0,68	1,67	0,03695	
(OLSQ)	(4,165)	(2,614)	(1,746)				
Vestuário e Calçados	5,95	0,56		0,98	2,87	0,04588	
(OLSQ)	(18,206)	(19,629)					
Prod. Alimentares	2,02	0,84		0,93	1,85	0,02919	0,41
(CORC)	(0,789)	(3,89617)					
Bebidas	7,39	0,31		0,38	2,14	0,08627	
(OLSQ)	(4,492)	(1,917)					
Fumo	3,14	0,70		0,83	1,55	0,08205	0,34
(CORC)	(1,370)	(2,983)					